

Turismo em comunidades tradicionais da Bahia: desafios e perspectivas

Tourism initiatives in traditional communities in Bahia, Brazil: challenges and perspectives

Salete Vieira¹

Clícia Maria de Jesus Benevides²

Natalia Silva Coimbra de Sá³

RESUMO:

O turismo em comunidades tradicionais vem se desenvolvendo à medida que cresce a procura pela vivência e autenticidade de experiências turísticas. Em determinadas localidades essa oferta possui, além da diversidade, um número elevado de iniciativas desta natureza, como é o caso do estado da Bahia. Assim, o objetivo deste trabalho foi identificar e caracterizar as iniciativas organizadas de turismo em comunidades tradicionais na Bahia. A pesquisa foi de natureza descritiva-exploratória e de caráter quanti-qualitativo. Inicialmente realizou-se uma análise bibliográfica para o entendimento dos conceitos e discussões sobre o tema. Posteriormente, os dados secundários foram alcançados por meio da análise de documentos oficiais,

1 Mestrado em Cultura e Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Graduação Turismo pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Doutorado em andamento em Difusão do Conhecimento pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professora do Bacharelado em Turismo da UNEB. E-mail: salete.vieira@gmail.com

2 Pós-doutorado em Química Analítica pela Universidade do Porto (UP-Porto-Portugal). Doutorado em Química Analítica pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestrado em Nutrição pela UFBA. Graduação em Engenharia dos Alimentos pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professora da área de Tecnologia de Alimentos da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: cbenevides@uneb.br

3 Pós-doutorado em Estudos Latino Americanos (ILAS-Columbia University-NY-EUA). Doutorado em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestrado em Análise Regional pela Universidade Salvador (UNIFACS). Professora do Bacharelado em Turismo e Hotelaria da UNEB. E-mail: natalia.coimbra@gmail.com

artigos científicos, estudos empíricos e de reuniões e *lives* públicas de instituições e entidades de turismo do estado. Este levantamento identificou um total de vinte e sete iniciativas de turismo em comunidades tradicionais que estão localizadas em áreas protegidas, comunidades quilombolas, indígenas e de pescadores, com maior concentração nas regiões da Baía de Todos os Santos e da Chapada Diamantina. A atividade turística vem trazendo benefícios, como o incremento de renda e valorização cultural, e também impactos negativos, como a especulação imobiliária e o abandono de atividades tradicionais. Entende-se que, para causar baixo impacto no cotidiano e potencializar os efeitos positivos é importante que necessidades básicas sejam atendidas, visto que existem problemas de demarcação e regulamentação fundiária. É necessária ainda uma maior participação das comunidades tradicionais nos processos decisórios de organização e planejamento turístico de seus territórios.

Palavras-chave: Turismo; Comunidades tradicionais; Bahia.

ABSTRACT: Traditional communities have been increasingly developing tourism as the search of tourists for experience and authenticity grows. In certain locations like the State of Bahia, Brazil, this offer includes, in addition to diversity, a high number of initiatives of this nature. Thus, the objective of this work was to identify and characterize organized tourism initiatives in traditional communities in Bahia. The research was descriptive-exploratory in nature and with a quantitative-qualitative approach. Initially, a bibliographic analysis was conducted in order to understand the concepts and discussions on the subject and, later, secondary data were collected and analyzed through official documents, publications, scientific papers and empirical studies, as well as during meetings and public events held by tourism institutions of the State. The survey identified a total of twenty-seven tourism initiatives in traditional communities that are located in protected areas, including quilombola, indigenous and fishing communities. The study highlighted that most initiatives are located in the regions of Baía de Todos os Santos and Chapada Diamantina. It also demonstrated that tourism has brought benefits, such as increased income and cultural valorization, as well as negative impacts, such as real estate speculation and the abandonment of traditional economies. Finally, it argues that in order to cause lower impact on daily life and potentiate the

positive effects, it is important that basic needs are met, since there are problems of land demarcation and regulation, as well as to foster a greater participation of traditional communities in the decision-making processes of organization and tourism planning in their territories.

Keywords: Traditional communities; State of Bahia; Tourism initiatives.

1 INTRODUÇÃO

É crescente a busca por viagens a locais com especificidades relacionadas a fatores turísticos que atendam os visitantes, não apenas em relação às suas necessidades físicas imediatas, como alimentação e hospedagem, mas também aos seus imaginários, sendo ligadas, em especial, a elementos culturais (PORTO, 2019).

As atividades que valorizam a tradição e o modo de vida local de um povo se desenvolvem, geralmente, em áreas tradicionalmente habitadas, ou seja, em territórios de povos tradicionais, que passam a incorporar o turismo como alternativa de renda e possibilidade para a manutenção da cultura. Neste contexto, o cotidiano, os valores locais, o saber-fazer, os sentimentos de pertencimento e as relações com a natureza de um lugar podem ser considerados elementos de atratividade turística. Eles cumprem o papel de conservar os princípios da ancestralidade e de valorizar as identidades das comunidades tradicionais, além de promover benefícios para todos os agentes envolvidos (BARTHOLLO; SANZOLO; BURSZTYN, 2009).

Verifica-se ainda que houve um impulso no desenvolvimento de atividades turísticas em comunidades tradicionais no Brasil, devido ao crescimento no número de iniciativas com modelos de organização voltados para o turismo comunitário e turismo de base comunitária (SAMPAIO; ZAMINGNAN, 2015; IRVING, 2009). Esse tipo de organização do turismo procura adaptar a atividade às expectativas e necessidades comunitárias. Desta maneira, as populações tradicionais, que geralmente são excluídas dos processos de planejamento turístico convencional, dos quais as grandes operadoras de turismo, redes hoteleiras e segmento de sol e praia são os mais impulsionados, podem buscar, por meio da organização comunitária, uma forma de assumir o papel de protagonismo na atividade (CORIOLANO, 2006).

Neste sentido, a prática do turismo vem se tornando uma realidade cada vez mais presente na vida de comunidades tradicionais que não vislumbravam a possibilidade de ter nesse tipo de atividade uma fonte de recursos para sua sobrevivência. No estado da Bahia observa-se a diversidade de povos e de iniciativas turísticas ofertadas. Contudo, os dados sobre sua organização e formação ainda são pontuais, o que pode se tornar uma barreira para ações ligadas ao planejamento e manutenção dessas iniciativas. Diante disso, é levantado o seguinte questionamento: como se desenham as iniciativas de turismo nas comunidades tradicionais na Bahia?

Desta maneira, o objetivo deste trabalho foi identificar e caracterizar as iniciativas organizadas de turismo em comunidades tradicionais no estado da Bahia. A pesquisa foi de natureza descritiva-exploratória e de caráter quanti-qualitativo, com metodologia que compreendeu inicialmente a análise bibliográfica para o entendimento dos conceitos e discussões sobre o tema. Posteriormente, os dados secundários foram alcançados por meio de análise de documentos oficiais, consultas aos resultados de editais específicos do Ministério do Turismo e Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, publicações de artigos e estudos empíricos sobre turismo de base comunitária e de base comunitária e reuniões. Ademais, foram analisadas

lives públicas de redes de turismo comunitário e turismo étnico-afro do estado e órgãos estaduais que participam do planejamento e gestão da atividade.

Neste trabalho, inicialmente, discutiu-se a relação do turismo e comunidades tradicionais, seus segmentos, modelos de gestão que mais se aproximam da atividade e referenciais teóricos que embasam as perspectivas das iniciativas de turismo em comunidades tradicionais. Posteriormente, apresentou-se um breve histórico, fatores que determinantes para o desenvolvimento do turismo e a caracterização das atividades turísticas em comunidades tradicionais no estado da Bahia. Com essa base, as iniciativas foram listadas e analisadas de acordo com suas subcategorias, localização e grau de desenvolvimento. Ao final, tem-se as considerações finais da pesquisa.

2 COMUNIDADES TRADICIONAIS E TURISMO

Para Diegues (2005), comunidades tradicionais são relacionadas a um tipo de organização econômica e social em que produtores estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala como extrativismo, agricultura, artesanato e são conhecedores dos recursos e serviços naturais, seus ciclos biológicos e hábitos alimentares.

O Decreto Lei de nº 6.040/2007 estabelece, na legislação federal, a definição de Povos e Comunidades Tradicionais como:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, n. p.).

Ainda de acordo com o Decreto entende-se que as comunidades tradicionais não são grupos sociais homogêneos, pois estão divididas em subcategorias como quilombolas, caiçaras, ribeirinhos, povos indígenas e outros que se dividem em etnias e comunidades específicas. Assim, cada povo possui suas singularidades, cultura, delimitação de um território específico (VIANNA, 2008).

Diante do cenário crescente de intensas transformações nas relações sociais, do processo de mundialização do capital econômico e cultural, atrelada à disseminação de redes globais em diversos setores, o turismo proporciona a redefinição dos usos dos territórios, agenciando as especificidades naturais e culturais das regiões, e gerando oportunidades de desenvolvimento social e econômico (QUEIROZ, 2019). Assim, territórios de identidade transformam-se em territórios turísticos, com repercussões na vida social, econômica e cultural das comunidades receptoras (SILVA; CARVALHO, 2010).

Nesse contexto, muitos turistas buscam como motivação de viagem o desejo de entrar em contato com diferentes culturas, buscando vivências através de elementos representativos das comunidades como danças, gastronomia, conjunto

arquitetônico, religiosidade, artesanato, musicalidade, entre outros (BRASIL, 2010). Desta maneira, as comunidades tradicionais apresentam-se como um atrativo significativo para os turistas, especialmente para aqueles que buscam na apreciação do modo de vida do outro, um diferencial em relação às suas vivências habituais (SAMPAIO; ALVES; FALK, 2008).

Para diversos autores (SAMPAIO; CORIOLANO, 2009; BARTHOLO; SANSOLO; BURSZTYN, 2009; FABRINO; NASCIMENTO; COSTA, 2016; IRVING, 2009), o modelo de gestão baseado no turismo de base comunitária ou no turismo comunitário é uma forma garantir às comunidades tradicionais o protagonismo no que tange o planejamento da atividade. Essa perspectiva se expressa no território, pois, enquanto o turismo convencional produz espaços regulados para o turista e para os moradores, o turismo comunitário e o turismo de base comunitária disponibilizam seu espaço, com vivências reais e históricas sendo transformado em espaços de encontro (SAMPAIO; CORIOLANO, 2009).

Sob o ponto de vista conceitual, em diversos países latino-americanos, Sansolo e Bursztyn (2009) observam que há geração de benefícios diretos para as comunidades por meio da organização e controle da atividade por parte da comunidade. Um turismo que perdure e traga benefícios para uma determinada comunidade receptora depende da proatividade dos seus moradores em relação à gerência do turismo no seu espaço de vivência.

O Ministério do Turismo entende o turismo de base comunitária como:

um modelo alternativo de desenvolvimento turístico, baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística (BRASIL, 2008, p. 1).

Deste modo, o turismo de base comunitária se configura como uma metodologia de desenvolvimento social para que comunidades tradicionais, com desvantagens históricas, viabilizem seus respectivos modos de vida (NITSCHKE, 2013). Assim, verifica-se que a ligação entre turismo e as comunidades torna-se uma possibilidade de valorização do patrimônio cultural e natural, de troca de experiências entre turistas e comunitários, de incentivo para a permanência dos moradores em seus espaços, além de uma alternativa de renda e manutenção dos territórios.

Já sobre o entendimento a respeito do tipo de segmento de turismo que ocorre em comunidades tradicionais, este pode variar de acordo com seu território e sua cultura, mas, geralmente, estão relacionados a atividades de baixo impacto social e ambiental (GRIMM; SAMPAIO, 2011).

O turismo étnico, ou etnoturismo, é uma modalidade bastante utilizada por comunidades tradicionais. Ele é inspirado na diversidade étnica dos povos com suas identidades específicas, e para o Ministério do Turismo (BRASIL, 2010, p.11), no turismo étnico, deve-se considerar que:

o turista busca estabelecer um contato próximo com a comunidade anfitriã, participar de suas atividades tradicionais, observar e aprender sobre suas expressões culturais, estilos de vida e costumes singulares. Muitas vezes, essas atividades articulam-se com uma busca pelas próprias origens do turista, em um retorno às tradições de seus antepassados.

Desta maneira, a principal ideia do etnoturismo é aproveitar o potencial turístico e divulgar a importância e a necessidade de conservação do ambiente, tanto em relação ao patrimônio natural quanto ao cultural. De acordo com Faria (2005, p.72), “etnoturismo é um tipo de turismo cultural que utiliza como atrativo a identidade, a cultura de um determinado grupo étnico (japoneses, alemães, ciganos, indígenas etc.)”.

Outro segmento relacionado é o ecoturismo, pois diversos destinos desta modalidade possuem a presença de comunidades tradicionais que vivem no interior ou no entorno de Unidades de Conservação há gerações (SANSOLO; BURSZTYN, 2009). O ecoturismo é visto como uma opção para a sustentabilidade e o desenvolvimento destas comunidades nas áreas naturais em que residem e utilizam, pois buscam a conservação e valorização do meio ambiente natural, conhecimento e fortalecimento da cultura local e geração e distribuição de renda (WWF, 2003; CEBALLOS-LASCURRAÍN, 2005).

Porém, a falta de participação comunitária no planejamento e implantação do ecoturismo e suas consequências negativas em diferentes destinos do mundo fizeram instituições socioambientais e profissionais do setor repensarem este segmento (LUIZA, 2007). Isso culminou em conceitos, princípios e redes de trabalho que consideram a sustentabilidade como o primordial para seu desenvolvimento (WWF, 2003).

Neste sentido, Oliveira e Blos (2012), acrescentam que parte das comunidades tradicionais localizadas próximas a destinos voltados ao ecoturismo não estão organizadas de forma participativa (conselhos, comitês, fóruns), o que congrega poder público, empresários e sociedade civil organizada. Para os autores, as comunidades podem ter asseguradas sua participação nos processos decisórios quando há legitimação de meios e instrumentos que funcionem a partir das características específicas da organização social comunitária.

Por fim, um segmento também associado às comunidades tradicionais é o turismo de experiência, que baseia-se na intenção dos visitantes de participar das práticas locais e ter novas vivências. No turismo de experiência, o contato é importante para evidenciar a participação ativa do turista, motivado pela oferta de atividades, visando estimular os sentidos e proporcionar envolvimento emocional (PANOSSO NETTO, 2010; GUZMÁN; VIEIRA JÚNIOR; SANTOS, 2011). Assim, verifica-se que este segmento tende a se aproximar, de um novo tipo de consumo turístico relacionado às comunidades tradicionais, e ganham relevo os apelos mercadológicos para a experimentação de novos lugares, de sensações e diferenças culturais (GUZMÁN; VIEIRA JÚNIOR; SANTOS, 2011).

As comunidades tradicionais no estado da Bahia possuem legado cultural e singularidades locais que caracterizam as particularidades de suas formações e de

gestão da atividade turística. Assim, é importante apresentar um breve histórico dos processos de construção do turismo em seus territórios.

3 A ESTRUTURAÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS NA BAHIA

Verifica-se que alguns destinos são considerados de forte atratividade. Este é o caso da Bahia, por sua rica diversidade cultural ser um importante diferencial em relação a outros produtos turísticos disponíveis no mercado nacional e internacional e, em especial, no que se refere às principais tendências do turismo, como turismo cultural, étnico e ecoturismo, entre outros (QUEIROZ, 2019).

A Bahia, pelo fato de concentrar em seu território um elevado número de comunidades tradicionais, que ainda mantém suas tradições e reinventam suas culturas, apresenta diversas destinações vocacionadas para o turismo, principalmente, voltado às modalidades que valorizam aspectos culturais como atrativos (VATIN, 2008).

As comunidades tradicionais têm tido experiências com a atividade desde a década de 1970, quando as comunidades Pataxó da Costa do Descobrimento passaram a incrementar sua renda com a venda de artesanato aos turistas que visitavam a região (GRÜNEWALD, 2003). Na região da Chapada Diamantina, comunidades de remanescentes quilombolas, como o Quilombo do Remanso, começaram a passar por essa experiência na década de 1980 e 1990, quando o ecoturismo foi impulsionado pelo Instituto Brasileiro do Turismo (EMBRATUR) e também por eventos que tratavam da temática ambiental como a Eco 92, realizado na cidade do Rio de Janeiro (GONDIM; OLIVEIRA, 2016; COSTA, 2015).

Já as comunidades de pescadores do litoral norte da Bahia tiveram seu padrão de vida afetado negativamente na década de 1970, por conta dos deslocamentos de moradia, para dar lugar às residências de veraneio e aos hotéis que estavam sendo construídos na região (CAROSO; RODRIGUES, 1998).

A partir da década de 1990 e início dos anos 2000 - após importantes políticas públicas de investimento no setor turístico, como o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE) -, os destinos baianos se tornaram destaques nacionais e internacionais (CRUZ, 2005). Esse fato impulsionou o turismo nas comunidades, primeiro, pela pressão do mercado e da própria demanda de turistas que buscavam novas experiências. Mas, também, como modo de resistência e de assumir o controle das decisões em seus territórios, visto que muitas comunidades passaram por problemas como a especulação imobiliária. Na região do litoral norte e baixo sul do estado, com a entrada de grandes redes hoteleiras, diversas comunidades pesqueiras foram deslocadas para outras regiões ou migraram de atividade econômica, buscando no turismo uma alternativa para seu sustento (PORTO, 2019).

Outro marco importante para as comunidades tradicionais na Bahia foi o lançamento do edital de financiamento de projetos de Turismo de Base Comunitária (TBC), realizado em conjunto pelo Ministério do Turismo e Ministério do Meio Ambiente

em 2008. Das cinquenta iniciativas contempladas, duas eram da Bahia: Projeto Trilha de Luz e Griôs (Lençóis/Chapada Diamantina) e Gestão de Atividades Ecoturísticas, no Complexo Estuarino do Cassurubá (Caravelas/Costa das Baleias). Ambos projetos tinham inserção de comunidades tradicionais nas suas propostas de planejamento: o Quilombo Remanso e as comunidades de pescadores e marisqueiras que estão inseridas na Reserva Extrativista Marinha de Cassurubá (VIEIRA; MEDINA-VELASCO; NAVARRETE, 2019).

A partir destas perspectivas, o desejo de transformação foi despertado em diversas comunidades baseado na revalorização dos seus sentidos identitários culturais e coletivos de pertencimento, como também o fortalecimento étnico que levou comunitários a consolidar laços de união, visando uma organização comunitária e uma articulação com instituições representativas de comunidades tradicionais em esferas mais abrangentes (VIEIRA;BENEVIDES;SÁ, 2021).

De acordo com os dados obtidos por meio da pesquisa de campo, diversas comunidades passaram a se organizar coletivamente, dentro de seu próprio território, e também em redes, como no caso da Rede Emunde de Turismo Étnico-Afro, que iniciou suas atividades em 2014 e da Rede de Turismo Comunitário da Bahia (Rede BATUC), que começou sua articulação em 2018. Ambas iniciaram suas atividades após grandes eventos ocorridos na capital da Bahia, Salvador: a Copa do Mundo Fifa e o Fórum Social Mundial, respectivamente. Essa representatividade foi essencial para que as comunidades pudessem dialogar, debater, trocar experiências, buscar entendimento e capacitação para a organização do turismo em seus territórios.

Simultaneamente, também foram realizadas outras ações por parte do governo estadual, como a Lei nº 14.126, de 2019 (BAHIA, 2019), que instituiu a Política Estadual de Turismo Comunitário no estado da Bahia. Essa lei contempla em seu texto as comunidades tradicionais, as ações realizadas pelo projeto Bahia Produtiva, da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR/SDR). Essas ações foram voltadas para a implantação de projetos de Turismo de Base Comunitária (TBC) que atende comunidades indígenas, quilombolas e de pescadores, assim como projetos de produção associada ao turismo promovidos pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa (SEBRAE) (BAHIA, 2020). Houve também outras iniciativas do poder público, instituições de ensino superior e de iniciativas privadas que não tinham, a princípio, objetivo de desenvolver atividades turísticas. No entanto, com articulação e envolvimento comunitário foi possibilitado sua aplicação ou, pelo menos, o início do planejamento, como a ViverTur Matarandiba, na Ilha de Vera Cruz, que teve seu no princípio de sua constituição a formação da Rede Matarandiba de Economia Solidária e Cultura, uma parceria entre a comunidade de Mataranditba e a ITES/UFBA (Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal da Bahia) (QUEIROZ, 2018).

Após essa breve incursão por algumas perspectivas históricas do turismo em comunidades tradicionais na Bahia e suas singularidades, observa-se que, a despeito das intenções presentes nos discursos governamentais sobre a importância da atividade para o desenvolvimento dessas localidades e da afirmação discursiva de aspectos culturais como atrativos para o turismo, é necessário que o planejamento turístico leve em consideração benefícios para as próprias comunidades.

Mesmo diante destas perspectivas houve ampliação do número de iniciativas de turismo em comunidades tradicionais e assim, tornou-se possível localizá-las em quase todo território baiano conforme será descrito na seção à seguir.

4 LEVANTAMENTO PRELIMINAR E CARACTERÍSTICAS DAS INICIATIVAS DE TURISMO EM COMUNIDADES TRADICIONAIS DO ESTADO DA BAHIA

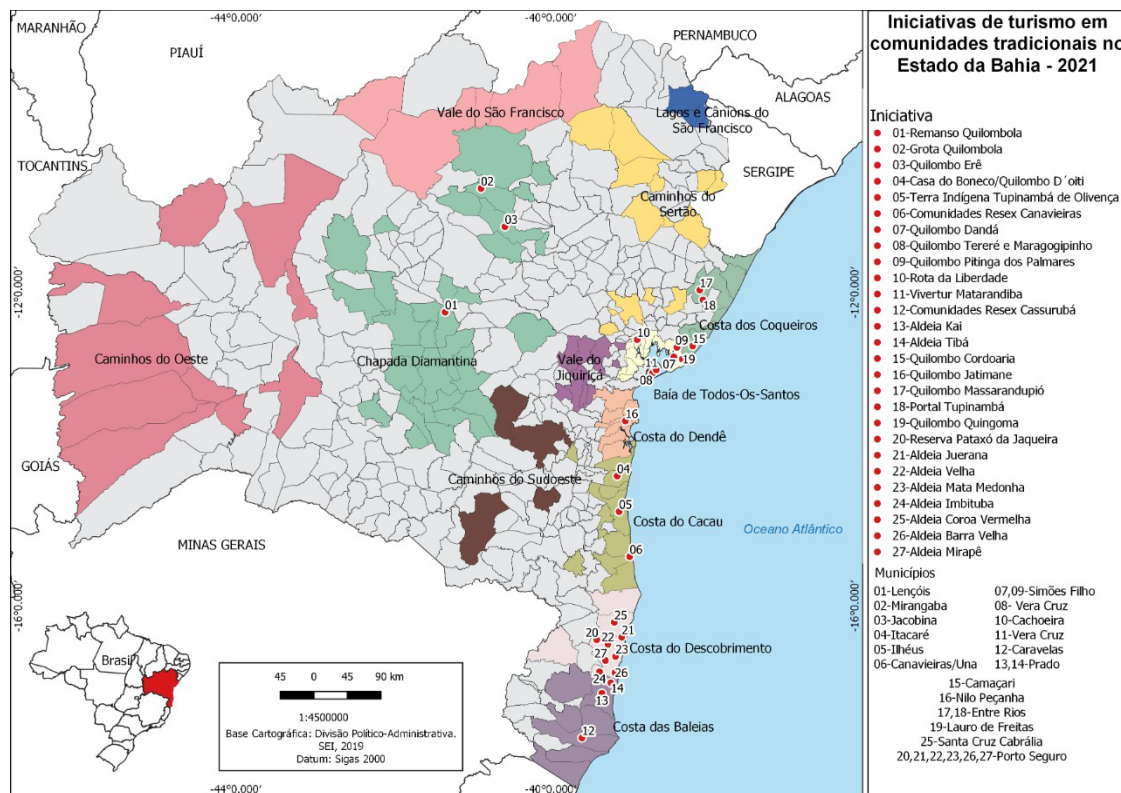
As belezas cênicas e a diversidade cultural das comunidades tradicionais da Bahia são estímulos para a atividade turística. Essas características possibilitam a realização de atividades ligadas ao meio ambiente e às práticas culturais que permitem aos turistas uma vivência de tradições e costumes específicos das comunidades.

Devido às características particulares e ao desenvolvimento de iniciativas que têm se destacado na atividade turística na Bahia, bons resultados vêm sendo obtidos, como é o caso da Reserva Pataxó da Jaqueria, Rota da Liberdade e o Quilombo Jatimene, despertando o interesse de diversas comunidades tradicionais em todo o estado (BAHIA, 2020). Nesse sentido, observa-se um número significativo de iniciativas mapeadas que buscam desenvolver atividades através de suas vivências, cultura e belezas locais.

É importante salientar que este é um levantamento em andamento, realizado com base nos dados obtidos pela pesquisa por meio das informações das redes de turismo comunitário e turismo étnico afro do estado, análise de documentos (editais e relatórios de órgãos públicos), informações vinculadas em sites de órgão públicos (secretarias estaduais, Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), entre outros), redes sociais das comunidades; além de teses, dissertações e artigos científicos publicados sobre comunidades tradicionais na Bahia. O número de iniciativas pode sofrer alterações devido ao período de pandemia do COVID-19, pois a atividade turística foi uma das mais prejudicadas com o encerramento de diversos empreendimentos, como também com novas propostas por meio articulações e organizações coletivas que são realizadas no estado.

Desta maneira, foram identificadas vinte e sete iniciativas em comunidades tradicionais conforme mapa apresentado na figura 1:

FIGURA 1: INICIATIVAS DE TURISMO EM COMUNIDADES TRADICIONAIS NO ESTADO DA BAHIA



FONTE: Dados da pesquisa, 2021.
Elaboração: CARVALHO, L.C.

Todas as iniciativas em comunidades tradicionais estão localizadas em zonas turísticas - divisão utilizada pelo governo federal e estadual em áreas prioritárias para o desenvolvimento da atividade (BAHIA, 2021). Por estarem inseridas em regiões onde a atividade turística é estimulada pelo poder público e por possuírem, em sua maioria, beleza cênica, existe demanda real de turistas para esses territórios. Em função disso, mesmo que não procurassem desenvolver atividades turísticas em um primeiro momento, a presença marcante de turistas na região e a influência do mercado foram fatores determinantes para a sua atuação e criação (COSTA, 2015).

Observou-se na Bahia que as comunidades se articulam por meio de iniciativas em redes, seja para sua própria organização e planejamento local como também em nível estadual. Assim, diversas iniciativas apresentaram mais de uma comunidade tradicional participante, como são os casos da Rota da Liberdade, Grota Quilombola, Comunidades da Reserva Extrativista (Resex) Cassurubá e as Comunidades da Resex Canavieiras.

As iniciativas de turismo em comunidades tradicionais na Bahia estão divididas em três tipos principais: comunidades quilombolas (12); povos indígenas (12); e comunidades de pescadores/marisqueiras (3). Constatou-se também que, quase todas as iniciativas em comunidades indígenas encontram-se na região sul e baixo

sul do estado (Costa do Descobrimento e Costa do Cacau). Já as quilombolas estão concentradas, principalmente, nas regiões da Baía de Todos de Santos e Chapada Diamantina.

Em relação às nomenclaturas específicas da atividade turística mais utilizadas pelas iniciativas, são apresentadas as seguintes variações: etnoturismo comunitário, ecoturismo comunitário, turismo comunitário, ecoturismo indígena, turismo de base comunitária e turismo étnico-afro de base comunitária. Por apresentarem diversidade em relação às diversas terminologias é importante ponderar que, mesmo participando de redes de turismo comunitário e de turismo afro-étnico, a autodenominação também pode ser considerada uma questão identitária da comunidade. Segundo Ministério do Turismo (BRASIL, 2010) a adoção de uma nomenclatura ou segmentação turística permite que o destino crie uma imagem forte sobre um determinado tipo de prática, atraindo visitantes específicos, como também, pode auxiliar as iniciativas a executarem seus planejamentos de acordo com seus princípios e diretrizes.

De acordo com a Fundação Palmares (2021), atualmente existem 872 comunidades remanescentes quilombolas certificadas no estado da Bahia. Esse número significativo aponta para uma diversidade regional e local dessas comunidades. Essa expressividade também se reflete na imagem que o estado possui referente à matriz cultural afro-étnica de sua população. Historicamente essa característica é trabalhada de modo prioritário pelas políticas públicas de turismo como um importante atrativo turístico (SÁ, 2007).

Monteiro (2020) destaca que o turismo em quilombos é um tipo de segmentação bastante recente no Brasil, em especial na Bahia, e se distingue por apresentar empreendimentos que buscam salientar sua identidade étnica relacionada às religiões (Candomblé e Umbanda), ao samba, à capoeira e ao carnaval. Neste sentido, Lusby e Pinheiro (2019) indicam o racismo, a xenofobia e a estoriotipagem relacionados à cultura afro-brasileira ainda são fortes no país, porém o interesse turístico pode trazer aspectos positivos para as comunidades, especialmente quando são geridos por seus próprios grupos.

Dentre as comunidades, algumas se evidenciam pelo desenvolvimento da atividade turística de maneira organizada e estruturada, a exemplo da Casa do Boneco/Quilombo D'óiti, do Quilombo Remanso, da Rota da Liberdade e do Quilombo Jatimene. Essas iniciativas têm como características o estabelecimento de uma instância de governança para planejamento e execução de ações ligadas ao turismo e por ser esta atividade uma das suas principais fontes de renda. Elas contam com visitas regulares e roteiros pré-estabelecidos que também são disponibilizados por agências de viagens e produções artesanais tradicionais específicas para os turistas.

Observou-se também que todas as comunidades de pescadores e marisqueiras que desenvolvem turismo estão localizadas em áreas de proteção ambiental: Resex Cassurubá, Resex Canavieiras e na Área de Proteção Ambiental (APA) da Baía de Todos os Santos - onde está localizada a iniciativa de turismo Vivertur Matarandiba (INEMA, 2021; ICMBIO, 2021). A população dessas comunidades vivem, basicamente, da renda gerada pela pesca artesanal e do extrativismo das suas áreas de manguezais.

A relação com o meio ambiente é essencial para essas comunidades, pois elas têm, nos locais em que habitam, uma forma de realizar atividades de subsistência e, portanto, primam pela sua conservação. Segundo a WWF (2003), o turismo realizado em áreas naturais protegidas, determinado e controlado pelas comunidades tradicionais, pode gerar benefícios predominantemente para elas e para as áreas relevantes para a conservação da biodiversidade.

As comunidades da Resex de Canavieiras foram contempladas em 2018 com fundos financeiros, oriundos de um edital especial do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FBMA), para desenvolverem atividades relacionadas ao turismo. A comunidade já recebia visitantes de maneira isolada e esporádica e, atualmente, estão se estruturando na organização da atividade.

As comunidades da Resex de Cassurubá, que também recebem visitantes esporadicamente, foram contempladas pelo Edital do Ministério do Turismo e do Ministério do Meio Ambiente, em 2008, para desenvolver o turismo de base comunitária, porém, não deram continuidade às atividades iniciadas com a execução do projeto e atualmente buscam se reorganizar novamente (SILVA et al., 2016). Dentre elas, tem destaque a Vivertur Matarandiba, que possui fluxo constante de visitantes e estrutura para receptivo atuando desde 2007. A comunidade possui roteiros planejados e organizados para visitação e oferece, além das vivências com a pesca e a mariscagem artesanais, a observa o na fabrica o do azeite de dendê, participa o nas danças tradicionais. Além disso, conta com empreendimentos solidários locais como o Banco Ilhamar e sua moeda local, a Concha (RIGO; FRANÇA FILHO; LEAL, 2015).

Nas comunidades indígenas da Bahia, verifica-se que os fatores de atratividade estão baseados nos seus aspectos naturais e culturais. Como atrativo natural, destaca-se a Mata Atlântica, com espaços de florestas preservadas, a proximidade com a praia e as paisagens que favorecem a implanta o de trilhas e práticas de contempla o, lazer e descanso. Ressaltam-se, ainda, as possibilidades de trocas com os povos originários mediante o contato com as pessoas da comunidade e o conhecimento sobre suas práticas culturais.

Neste sentido,   importante observar que a atividade turística pode se tornar um instrumento de visibilidade para os povos indígenas, como ressaltam Sansolo e Bursztyn (2009, p. 51): “o turismo não   afirmado como elemento identitário no movimento de resistência das comunidades, e sim um meio de evidenciar os conflitos dos modos de vida tradicionais com a chegada da modernidade”.

Ao visitante pode ser proporcionado o contato direto com o cotidiano indígena, possibilitando-lhe uma experiência com a natureza, por meio da organiza o comunitária e dos valores e práticas de sociabilidade que ordenam a vida cotidiana do lugar – por exemplo, feitura de remédios, gastronomia indígena e confec o de artesanato –, complementadas pelas tradi es orais.

A Reserva Pataxó da Jaqueira, localizada em Porto Seguro,   uma referência nacional em atividades turísticas em Terras Indígenas. Recebendo visitantes desde o início dos anos 2000, a comunidade possui rica diversidade e roteiros estruturados

onde são apresentados aos visitantes os viveiros e mudas de plantas medicinais, trilhas guiadas pela floresta, palestras sobre pintura corporal, degustação de alimentos e bebidas, entre outros. O número de visitantes é expressivo, principalmente, entre os meses de dezembro a fevereiro, época da alta temporada na região da Costa do Descobrimento (MARQUES, 2014).

Observou-se, por fim, que atividades de turismo geraram em algumas comunidades tradicionais da Bahia transformações significativas em seu modo de vida, como alterações nas atividades de subsistência, nas relações sociais, necessidades de consumo e perspectivas de vida (PEREIRA, 2016; COSTA, 2015). Assim, à medida que as comunidades transformam o turismo em principal fonte de renda, as atividades como a agricultura familiar e pesca artesanal tendem a ficar em segundo plano, por isso é o planejamento contínuo da atividade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do turismo pode gerar diversos impactos negativos para as comunidades tradicionais, a exemplo da especulação imobiliária, mudanças nas práticas do cotidiano, sejam sociais ou econômicas e degradação do meio ambiente. No entanto, observa-se que, quando a atividade é ligada a segmentos de baixo impacto e procura desenvolver o protagonismo de sua comunidade, pode produzir também ações positivas. Dentre elas, podem ser citadas a proteção da cultura local, o intercâmbio de conhecimentos, os saberes e fazeres, a compreensão entre povos, a valorização do acervo patrimonial comunitário, o fortalecimento da etnicidade, o reconhecimento em relação às tradições e ancestralidades, a intensificação de trocas culturais, o enriquecimento e a diversificação da cultura tradicional, a reconstrução e a ressignificação das identidades locais, entre outros.

O objetivo da pesquisa foi identificar e caracterizar as iniciativas de turismo nas comunidades tradicionais no estado da Bahia. Assim, o trabalho conseguiu identificar vinte e sete iniciativas organizadas de turismo em comunidades tradicionais no estado da Bahia, sendo que elas puderam ser subdivididas de acordo com seus grupos sociais principais: quilombolas, povos indígenas e comunidades de pescadores e marisqueiras. Constatou-se que as regiões de maior concentração de iniciativas foram a Costa do Descobrimento e a Baía de Todos os Santos com destaque para articulação em redes de turismo e, sobretudo, do protagonismo comunitário.

Verificou-se que o turismo em comunidades tradicionais deve ser estruturado em um processo de construção coletiva e comunitária, cabendo a seus membros a discussão e determinação sobre como se dará o desenvolvimento dos seus territórios e dos agentes que nele habitam. As comunidades tradicionais da Bahia vivenciam esse processo, buscando estabelecer uma relação harmônica e promover uma gestão compartilhada dos recursos e valores locais, capaz de conciliar os projetos de desenvolvimento econômico e a elevação da qualidade de vida para os membros das comunidades.

Analisar e discorrer sobre seus recursos e história das comunidades são importantes resultados para as pesquisas nestes campos de estudo – do turismo, da cultura e das comunidades tradicionais – visto que há poucos estudos que focam nestes tipos de investigações, em especial no Brasil. Além disso, a identificação da atividade turística em comunidades tradicionais pode oferecer subsídios para discussão, potencialização e apresentar implicações práticas para as iniciativas, mercado, turistas e a toda conexão ligada às ações do turismo.

Importante salientar que os resultados até agora apresentados restringem-se ao foco e ao contexto que se propôs esta investigação: identificar as iniciativas de turismo em comunidades tradicionais, sem pretensão de mudanças e proposições dentro dos empreendimentos. Assim, é possível apresentar às comunidades suas próprias histórias, processos e meios de difusão para que as mesmas possam utilizar esse conhecimento da maneira que acharem conveniente para seus empreendimentos turísticos.

Esta pesquisa, de caráter preliminar, pode e deve ter manutenção em relação aos resultados, que são dinâmicos e passíveis de mudança devido às especificidades da própria da atividade turística: modificação dos hábitos de consumo, transição e apoio governamentais, vulnerabilidade em relação à mudanças sanitárias e climáticas, entre outros.

É preciso garantir que as comunidades tradicionais não se tornem objetos de consumo para o mercado simbólico gerando lucro e vantagem competitiva apenas para grandes empresas que se beneficiam com a exploração desses bens. Nesse sentido, é elementar que elas estejam presentes e que sejam de fato protagonistas no processo de planejamento e gestão do turismo, e não ocupem apenas posições secundárias em relação às oportunidades geradas pela atividade e na distribuição dos resultados esperados.

Entende-se que as singularidades e particularidades existentes nas comunidades tradicionais da Bahia devem ser consideradas e potencializadas no planejamento e organização do turismo em suas regiões e pelo estado, no intuito de formatar produtos, roteiros e atrações que valorizem as identidades, as diferentes paisagens, os conhecimentos tradicionais e práticas culturais, além de promover maior articulação entre os agentes locais e os modos de vida das comunidades tradicionais.

Portanto, cabe reiterar que o processo de introdução e integração do turismo nas iniciativas em comunidades tradicionais é lento, sendo necessário apoio, investimento do setor público, formação continuada para os comunitários, disponibilidade de ferramentas, reconhecimento do meio acadêmico e, em especial, suprimento de suas estruturas básicas para garantia de vida (saúde, seguridade social, posse de terra) fatores que, de fato, facilitariam o desenvolvimento da atividade com baixo impacto negativo para as mesmas. Mesmo que timidamente, essa integração aos poucos acontece, mas o apoio às iniciativas e pesquisas mais amplas precisam ser concretizadas.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Secretaria Estadual de Turismo da Bahia. **Zonas Turísticas**. Disponível em: <<http://www.bahia.com.br/zonas-turisticas/>>. Acesso em: 27 fev. 2021.

BAHIA. Assembléia Legislativa do Estado. **Institui a Política Estadual de Turismo Comunitário no Estado da Bahia e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-14126-de-24-de-setembro-de-2019>>. Acesso em: 31 mar. 2021.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Rural. **Turismo Comunitário: sustentabilidade dos povos tradicionais e da agricultura familiar**. Feira Baiana de Agricultura Familiar de 2020. Disponível em : <<http://www.sdr.ba.gov.br/index.php/node/6952>>. Acesso em: 02 fev. 2022.

BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009.

BRASIL. Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades tradicionais – PNPCT**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm> . Acesso em: 27 fev. 2021.

_____. Ministério do Turismo. **Edital de Chamada Pública de Projetos Mtur/nº 001/2008** - Seleção de propostas de projetos para apoio às iniciativas de Turismo de Base Comunitária. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo Cultural: orientações básicas**. Marcos Conceituais do Mtur. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. – 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

CAROSO, C.; RODRIGUES, N. **Nativos, veranistas e turistas: identidades, mudança e deslocamento sócio cultural no Litoral Norte da Bahia**. **Revista Turismo em Análise**, v. 9, n. 1, p. 61-75, 1998.

CEBALLOS-LASCURAIN, H. O ecoturismo como um fenômeno mundial. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 5 ed. São Paulo: SENAC – São Paulo, 2005, p. 23-29.

CORIOLOANO, L. N. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Anablumme, 2006.

COSTA, A. C. F. **Educação, turismo e ação griô**: impactos da modernidade na comunidade quilombola do Remanso (Lençóis-BA). Tese (Doutorado em História Social) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CRUZ, R. C. A. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. **Revista Geosul**, v. 20, n. 40, p. 27-43, 2005.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2005.

FABRINO, N. H.; NASCIMENTO, E. P.; COSTA, H. A. Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 16, n. 3, p. 172-190, 2016.

FARIA, I. F. Ecoturismo: etnodesenvolvimento e inclusão social no Amazonas. **Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultura**. v. 3, p. 63-77, 2005.

FUNDAÇÃO PALMARES. **Comunidades remanescentes quilombolas certificadas – Bahia**. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-ba-05022021.pdf>>. Acesso em 15 fev 2021.

GONDIM, L. B.; OLIVEIRA, C. D. M. Ecoturismo como valor patrimonial de resignificação do lugar: a experiência na Chapada Diamantina-BA. **Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, n. 8, p. 81-96, 2016.

GRIMM, I. J.; SAMPAIO, C. A. C. Turismo de base comunitária: convivencialidade e conservação ambiental. **Brazilian Journal of Environmental Sciences**, n. 19, p. 57-68, 2011.

GRÜNEWALD, R. A. Etnodesenvolvimento indígena no Nordeste (e Leste): aspectos gerais e específicos. **Revista Antropológicas**, v. 14, n. 1-2, p. 47-71, 2003.

GUZMÁN, S. J. M.; VIEIRA JÚNIOR, A. V.; SANTOS, I. J. Turismo de experiência: uma proposta para o atual modelo turístico em Itacaré–Bahia. **Cultur-Revista de Cultura e Turismo**, v. 5, n. 1, p. 98-113, jan. 2011.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO E BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Unidades de Conservação Marinhas**. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/>. Acesso em: 27 fev. 2021.

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS (INEMA). **Áreas de Proteção Ambiental**. Disponível em: <<http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/unidades-de-conservacao/apa/>>. Acesso em 27 fev. 2021.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária – inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

LUIZA, L. A. **Ecoturismo indígena**. Quito, Equador: Abya -Yala, 2007.

LUSBY, C.; PINHEIRO, T. Case study: Tourism in traditional Brazilian Quilombo communities–From theory into practice. **Journal of Global Business Insights**, v. 4, n. 2, p. 119-124, 2019.

OLIVEIRA, C. A. F.; BLOS, W. S. Ecoturismo: desenvolvimento, comunidades tradicionais e participação. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 12, n. 2, p. 137-151, 2012.

MARQUES, A. M. S. **Plano municipal de conservação e recuperação da Mata Atlântica de Porto Seguro - Bahia. Salvador (BA)**. Grupo Ambientalista da Bahia, 2014. Disponível em: < <http://www.gamba.org.br/biblioteca>>. Acesso em: 27 fev. 2021.

MONTEIRO, C. G. Women sustaining community: the politics of agro-ecology in quilombo tourism in Southern Brazil. **Bulletin of Latin American Research**. v. 39, n. 2, p. 191-207, 2020.

NITSCHKE, L. B. Por um turismo para as comunidades locais. **Turismo e Sociedade**, v. 6, n. 3, p. 713-717, 2013.

PEREIRA, T. S. **O (a) s Pataxó Meridionais e o Território Tradicional do Monte Pascoal no Extremo Sul da Bahia: Patrimônio, Cultura e Memórias Corporais**. Dissertação (Mestrado em Memória, Linguagem e Sociedade), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2016.

PORTO, J. R. S. Expansão do turismo, conflitos territoriais e resistência quilombola no Baixo Sul da Bahia. **Revista del CESLA - International Latin American Studies Review**, n. 23, p. 301-332, 2019.

PANOSSO NETTO, A. Experiência e turismo: uma união possível. In: PANOSSO NETTO, A.; GAETA, C. (Org.). **Turismo de experiência**. São Paulo: SENAC, 2010, p. 43-55.

QUEIROZ, F. C. Da tradição ao Ponto de Cultura Voa Voa Maria: Samba de roda e economia solidária da cultura. **Pontos de Interrogação - Revista de Crítica Cultural**, v. 8, n. 2, p. 125-146, 2018.

QUEIROZ, M. M. A. **Turismo de Raízes na Bahia**: um estudo sobre a dinâmica do turismo étnico (afro) na Bahia: os casos do Pelourinho Salvador e da Festa da Boa Morte/Cachoeira. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

RIGO, A. S.; FRANÇA FILHO, G. Ca.; LEAL, L. P. Os bancos comunitários de desenvolvimento na política pública de finanças solidárias: apresentando a realidade do nordeste e discutindo proposições. **Desenvolvimento em questão**, v. 13, n. 31, p. 70-107, 2015.

SÁ, N. S. C. **Cultura e turismo na contemporaneidade**: as festas populares religiosas baianas. Dissertação (Mestrado em Análise Regional), Universidade Salvador – UNIFACS, Salvador, 2007.

SAMPAIO, C. A. C.; ALVES, F. K.; FALK, V. C. V. Arranjo socioproductivo de base comunitária: interconectando o turismo comunitário com redes de comércio justo. **Turismo-Visão e Ação**, v. 10, n. 2, p. 244-263, 2008.

SAMPAIO, C. A. C.; CORIOLANO, L. N. Dialogando com experiências vivenciadas em Marraquech e América Latina para compreensão do Turismo Comunitário e Solidário. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 3, n. 1, p. 4-24, 2009.

SAMPAIO, C. A. C.; ZAMIGNAN, G. Estudo da demanda turística: experiência de turismo comunitário da Microbacia do Rio Sagrado, Morretes (PR). **Cultur-Revista de Cultura e Turismo**, v. 6, n. 1, p. 25-39, 2015.

SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 142-161.

SILVA, R. E.; CARVALHO, K. D. Turismo Étnico em Comunidades Quilombolas: perspectiva para o etnodesenvolvimento em Filipa (Maranhão, Brasil). **Turismo e Sociedade**, v. 3, n. 2, p. 203-219, 2010.

SILVA, T. N., FALCÃO, M. C.; GOMEZ, C. P.; PEREIRA, L. C. A. Turismo de Base Comunitário: o agente indutor e as experiências do Ministério do Turismo (Edital 001/2008). In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 28, 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2016.

VATIN, X. O Desenvolvimento do 'Turismo Étnico' na Bahia: o Caso da Cidade de Cachoeira. In: 26ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26, 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008.

VIANNA, L. P. **De invisíveis a protagonistas**: comunidades tradicionais e unidades de conservação. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008.

VIEIRA, S.; BENEVIDES, C.M.J.; SÁ, N.C.S. Turismo e conhecimentos tradicionais quilombolas: As experiências das atividades na Bahia. In: XVII Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 17, 2021, Salvador. **Anais...** Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2021.

VIEIRA, S.; MEDINA-VELASCO, M.; NAVARRETE, V. A. A. TBC como expressão de participação na trajetória das políticas públicas no Brasil. In: IV ENCONTRO INTERNACIONAL DE PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS, 4, 2019, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

WWF BRASIL. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF Brasil, 2003.

Recebido em: 02-04-2021.

Aprovado em: 18-02-2022.

TS